

Trajelórias, território e agências Tenetehar-Tembé: novas perspectivas para uma história indígena entre Pará e Maranhão

Trajectories, territory and agencies Tenetehar-Tembé: new perspectives for an indigenous history between Pará and Maranhão

Trajectories, territorio y agencias Tenetehar-Tembé: nuevas perspectivas para una historia indígena entre Pará y Maranhão

Benedito Emílio da Silva Ribeiro¹

Resumo: O artigo contextualiza novas dimensões sobre as histórias indígenas na Amazônia a partir do caso do povo Tenetehar-Tembé, que se localiza hoje no nordeste do estado do Pará, reunindo informações encontradas em fontes históricas e na bibliografia especializada sobre o grupo. Deste modo, situa essas trajetórias indígenas, suas agências e r-existências ao longo do tempo, nos diferentes contextos de contato interétnico nessa região, ponderando ainda sobre as presenças e ausências assinaladas para o passado Tembé. Para tanto, emprega-se uma leitura e análise histórico-documental dos dados, enriquecidas pelos debates antropológicos, no intuito de entender os exercícios sociopolíticos indígenas, seus processos de mediação da alteridade e de produção dos territórios entre Pará e Maranhão. Logo, a pesquisa visa reinterpretar o passado Tembé, suas rotas e fluxos por entre rios e florestas, de modo a vislumbrar a longa presença e historicidade indígena nessa porção oriental da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Amazônia, história Tembé, r-existências indígenas.

Abstract: The article contextualizes new dimensions about indigenous histories in the Amazon from the case of the Tenetehar-Tembé people, who are located today in the northeast of the state of Pará, gathering information found in historical sources and in the specialized bibliography about the group. In this way, it situates these indigenous trajectories, their agencies and r-existences over time, in the different contexts of interethnic contact in this region, also pondering the presences and absences marked for the Tembé past. In order to do so, a historical-documentary reading and analysis of the data is used, enriched by anthropological debates, in order to understand indigenous sociopolitical exercises, their

¹ Mestre em Diversidade Sociocultural pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Graduado em História pela Universidade Federal do Pará/Campus Bragança. Integrante da Rede de HistoriadorXs NegrXs e do GT Os Índios na História – ANPUH. Pesquisador nos seguintes grupos de pesquisa do CNPq: GEIPAM/UFPA e DINA/MPEG. Agência financiadora da pesquisa: FAPESPA-UEPA. E-mail: emiliosilvaribeiro20@gmail.com.

processes of mediation of alterity and production of territories between Pará and Maranhão. Therefore, the research aims to reinterpret the Tembé past, its routes and flows through rivers and forests, in order to glimpse the long indigenous presence and historicity in this eastern portion of the Brazilian Amazon.

Keywords: Amazon, Tembé history, indigenous r-existences.

Resumen: El artículo contextualiza nuevas dimensiones sobre las historias indígenas en la Amazonía a partir del caso del pueblo Tenetehar-Tembé, que hoy se encuentra en el noreste del estado de Pará, reuniendo informaciones encontradas en fuentes históricas y en la bibliografía especializada sobre el grupo. De esta forma, sitúa estas trayectorias indígenas, sus agencias y r-existencias en el tiempo, en los diferentes contextos de contacto interétnico en esta región, ponderando también las presencias y ausencias marcadas para el pasado Tembé. Para ello, se utiliza una lectura y análisis histórico-documental de los datos, enriquecidos por debates antropológicos, para comprender los ejercicios sociopolíticos indígenas, sus procesos de mediación de alteridad y producción de territorios entre Pará y Maranhão. Por lo tanto, la investigación tiene como objetivo reinterpretar el pasado Tembé, sus rutas y flujos a través de ríos y bosques, con el fin de vislumbrar la larga presencia e historicidad indígena en esta porción oriental de la Amazonía brasileña.

Palabras clave: Amazonía, historia Tembé, r-existencias indígenas.

Introdução

A percepção historiográfica sobre os povos originários ao redor do mundo vem mudando nas últimas décadas, em compasso com uma nova agenda política dos movimentos indígenas marcada por profundas críticas aos colonialismos/imperialismos científicos, pela reivindicação de autonomia na condução de projetos indígenas de pesquisa e por um forte processo social de descolonização do conhecimento². No Brasil, essas tendências têm reverberado e provocado transformações significativas no modo de conceber e realizar pesquisas com povos indígenas, caminhando para novas sínteses historiográficas e sociológicas nas quais a participação ativa desses atores – homens e mulheres – torna-se central para compreender a realidade brasileira.

A partir da década de 1970, é preciso dizer, uma nova visão sobre a ação indígena nos processos sócio-históricos ganhou contornos analíticos mais encorpados, com uma refinada

² SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

reflexão teórico-metodológica que possibilitou superar estereótipos e máximas intelectuais sobre os “índios” (aculturação, passividade, vitimização etc.) e, assim, destacar o protagonismo e resistência desses sujeitos. Segundo frisa Maria Regina Celestino de Almeida, os povos indígenas saíram dos bastidores para o centro do palco da História do Brasil³. De lá para cá, muitos trabalhos de alta relevância e sofisticação analítica foram produzidos no país, especialmente nos programas de pós-graduação em História e em Antropologia, com jovens intelectuais indígenas conduzindo pesquisas em suas respectivas comunidades e tecendo reflexões de grande envergadura acadêmica e impacto social e político.

Com isso, outros temas e perguntas de pesquisa têm sido colocados em discussão, abrindo novos caminhos de investigação histórica, revisitando-se fontes e obras clássicas e relativizando algumas interpretações. Conforme apontado por Manuela Carneiro da Cunha, essa guinada às histórias indígenas no Brasil tem incorporado, em sua elaboração crítica, a grande diversidade de situações e realidades socioculturais dos povos originários, de modo a bem dimensionar a robustez e profundidade das ações desses sujeitos ao longo do tempo, ontem e hoje⁴. Com isso, balizam-se novos conhecimentos e fórmulas interpretativas que ajudam a recompor o nosso cânone historiográfico de maneira mais pluriversal, agregando perspectivas transdisciplinares e interculturais que adensam a construção epistemológica desse campo das Ciências Humanas.

Nesse sentido, como frisa a autora, ao se reconhecer a existência de lacunas e imprecisões históricas e buscar reavaliar tais lapsos circunstanciais, o diálogo com memórias, tradições orais e cultura material se coloca enquanto percurso necessário na construção historiográfica para se recuperar e compreender dimensões históricas desses – e para esses – povos em sua pluralidade sociocultural. Em tal movimento, tenta-se alcançar (de algum modo) esse passado indígena em suspensão pelos vieses das fontes, pontuando inclusive as interpretações e sentidos dados pelos povos originários sobre os mesmos processos históricos, que os colocam como protagonistas de sua própria história – pretérita e atual. Nisso, retomo aqui colocações de John Monteiro, que bem ajudam a situar essa discussão:

Reconstruir a história para construir o futuro é algo que está, sem dúvida, na agenda de uma parte expressiva do movimento indígena atual; porém, é uma tarefa que exige uma reconfiguração radical das noções ainda prevalentes na história que se

³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 9-24.

ensina hoje. Assim, o caminho pela frente ainda é longo, até porque [...] o caminho para o passado também está cheio de obstáculos⁵.

Nessas direções apontadas por John Monteiro e Manuela Carneiro da Cunha, assim como por outros autores e autoras, o trabalho visa elucidar sobre algumas lacunas na historiografia da Amazônia e problematizar seus efeitos na percepção regional quanto à presença indígena. Onde estavam e quem eram os povos originários da Amazônia oriental, por exemplo, antes e durante a invasão europeia? Qual o lugar – ou lugares – dos indígenas nos processos de (trans)formação dos espaços coloniais no nordeste do antigo Estado do Grão-Pará? Como tais sujeitos foram empregados nas lógicas políticas e socioeconômicas na região, entre a Colônia e o Império? Como eles lidaram com esses processos? E quais os impactos nas dinâmicas territoriais desses povos, especificamente entre os Tenetehar-Tembé?

Essas perguntas se colocam em face de uma historiografia mais panorâmica e com visões um tanto genéricas sobre a presença indígena na região, focalizando os “índios” que emergem na documentação colonial de forma “anônima”, e em grande medida bem mais centrada na Amazônia Ocidental. Perceber a profundidade de trajetórias indígenas na Amazônia Oriental, numa espacialidade que vai de Belém à São Luís, significa requalificar relações muito antigas forjadas nessa região e também problematizar e combater certos estereótipos e preconceitos locais acerca dos povos indígenas. Sendo uma das primeiras áreas de colonização e expansão da fronteira agrícola na Amazônia, a narrativa histórica construída sobre/para a região focou-se majoritariamente em marcas europeias/lusitanas, e posteriormente nordestinas – cujo fator identitário foi pareado ao ideal de branquitude e instrumentalizado pelas elites locais –, excluindo assim outros sujeitos sociais, especialmente negros/as e indígenas.

No caso dos povos indígenas, essas narrativas locais impregnadas de um senso comum acabam por condicionar a existência desses grupos ao passado colonial, em seus primeiros anos, principalmente identificando e massificando povos tão diversos sob a alcunha *Tupinambá*, de modo a espelhar-los naquele grande povo Tupi-Guarani que habitava a costa brasileira à época da invasão. Depois disso, cronologicamente, esses povos foram situados na condição de “índios genéricos” e evocados enquanto elementos constituintes da cultura e identidade regionais, de forma residual, uma vez que foram encapsulados pelo processo de mestiçagem. Essa fórmula explicativa apaga uma série de experiências autônomas dos

⁵ MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 247.

indígenas no passado e provoca um esvaziamento de suas lutas na região, na atualidade. É como explicita Márcia Silva, indígena Kambeba, ao analisar e bem apresentar as trajetórias históricas de seu povo:

Diante dessa situação [colonial], pode-se observar que houve por parte dos Omágua/Kambeba, um processo de desterritorialização, haja vista o abandono de suas aldeias e a migração para a terra firme, em busca de um novo lugar para se reterritorializarem. Nesse processo de desterritorialização e reterritorialização pelo qual passaram os Omágua/Kambeba, muitos dos seus costumes, mitos e tradições, foram juntamente com seu antigo território deixados para trás. Sua forma de organização social, política, territorial e cultural, sofreu grandes transformações em consequência do avanço da colonização e a possível “evangelização”, fruto da falta de compreensão dos Omágua/Kambeba em relação aos missionários. No entanto, esses fatores não foram suficientes para extinguir por completo esse povo da região amazônica. Silenciados e temerosos os Omágua/Kambeba buscaram novas formas de sobrevivência⁶.

Em vista dessas questões mais gerais, o presente artigo propõe-se a analisar e dimensionar trajetórias e agências históricas do povo Tenetehar-Tembé na Amazônia Oriental, debatendo sobre processos de construção e (re)afirmação de sua identidade/indianidade e de seu território tradicional na região do nordeste paraense, onde hoje está localizada a Terra Indígena Alto Rio Guamá. Esta pesquisa também visa contribuir com os debates interdisciplinares no campo da História Indígena e do Indigenismo, com especial atenção à realidade amazônica, propondo uma reflexão geral sobre modos de analisar e compreender as trajetórias de povos indígenas no passado, cujas identidades étnicas foram nubladas e/ou encapsuladas pelo discurso colonial das fontes históricas disponíveis nos arquivos.

Para tanto, dá-se um enfoque maior às experiências históricas dos Tenetehar-Tembé nessa região entre o nordeste do Pará e o oeste do Maranhão, reconstituídas a partir de uma leitura a contrapelo das fontes, em complemento com dados etnológicos, arqueológicos e linguísticos. O cruzamento entre tais perspectivas analíticas, conforme ressaltado por Renato Sztutman, “pode culminar num método experimental que, ao tornar reversível a causalidade do passado sobre o presente, permite capturar determinadas transformações (variações) – por exemplo, na estrutura social – e, assim, para além delas, regras de variabilidade”⁷. Dessa forma, se estabelece uma margem interpretativa sobre as histórias-memórias indígenas a partir dessa relação nublada entre passado e presente, possibilitando recuperar outras dimensões

⁶ SILVA, Márcia Vieira da. *Reterritorialização e identidade do povo Omágua/Kambeba na aldeia Tururucari-Uka*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012, p. 75.

⁷ SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2012, p. 145.

quanto a sua organização sociopolítica, territorialidade ou aos (re)arranjos da cultura, por exemplo.

Assim, optei por uma análise histórico-antropológica de longa duração, de acordo com os termos balizados por Fernand Braudel⁸, para bem observar e assinalar as relações sociopolíticas e dinâmicas territoriais estrategicamente tecidas naquele *locus* sociocultural diversificado entre os muitos sujeitos em interação, fossem eles e elas indígenas e/ou não indígenas, entre os séculos XVII e XIX. Regressar para essas temporalidades tem por objetivo principal situar a atuação do povo Tenetehar-Tembé ao longo do tempo, nesses múltiplos processos históricos que foram vivenciados e protagonizados por eles nessa espacialidade entre o Pará e o Maranhão, restabelecendo assim sua centralidade enquanto sujeitos históricos no quadro regional.

Nesse sentido, é importante destacar e entender que os Tembé constituem um único povo junto aos Guajajara, autodenominando-se como Tenetehar. Pertencentes à família linguística Tupi-Guarani, encontram-se subdivididos em grupos regionais pareados por blocos de aldeias que, geralmente, ladeiam os principais cursos d'água entre o nordeste paraense e o centro-oeste maranhense, habitando em Terras Indígenas espalhadas por essa região. Segundo aponta o estudo etnográfico de Charles Wagley e Eduardo Galvão⁹, os Tenetehar possuem pouco mais de 400 anos de contato, sucessivo e/ou esporádico, com as sociedades envolventes. Outros trabalhos antropológicos reiteram essa cronologia. Como veremos aqui, alguns detalhes sobre esse processo histórico de contatos interétnicos envolvendo os Tenetehar direcionam novas perspectivas para uma compreensão da história indígena entre o Pará e o Maranhão.

Para atingir as finalidades analíticas deste estudo, adotei como metodologia uma análise histórico-documental intercruzada com exercícios de reflexão antropológica e relativização do material consultado. Quanto ao trato documental, seguindo as observações de Carlos Barcellar¹⁰ e de Eric Ketelaar¹¹, a leitura e análise dessas fontes escritas (manuscritas e/ou impressas) conservadas em arquivos prescindiram de uma cuidadosa e meticulosa

⁸ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

⁹ WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

¹⁰ BARCELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3.ed., 2.reimp. São Paulo: Contexto, 2015, p. 23-79.

¹¹ KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 193-206.

interpretação crítica de seus discursos e das políticas de memórias intrínsecas às mesmas, de modo a se entender a contextualidade dessa documentação e a traduzir aquelas informações apresentadas na fonte, problematizando e desnaturalizando esses dados obtidos na pesquisa.

Através disso, pude melhor visualizar as dinâmicas socioculturais e políticas indígenas suscitadas pelo contato, percebendo os agenciamentos Tenetehar-Tembé para além do estatuto da invisibilidade imposto pela visão eurocêntrica nos documentos oficiais. Isso também possibilitou compreender processos de territorialização-territorialidade entre o povo Tenetehar-Tembé e exercícios de autonomia em sua longa experiência territorial na região até fins do século XIX. O artigo está dividido em três seções: a primeira apresenta o passado arqueológico na Amazônia Oriental; a segunda percorre o período colonial e a possibilidade de leitura da presença indígena; e a terceira foca no Império e as nuances das relações Tembé nesse contexto.

Desvelando a antiguidade da Amazônia: ocupação humana, manejo florestal e territórios originários

A antiguidade da história humana na Amazônia está ligada a processos de longa duração anteriores à invasão europeia, desde as primeiras ocupações realizadas por grupos de caçadores-coletores no Holoceno inferior e passando por contextos regionais de interação e integração dessas diversificadas populações aos espaços/ambientes amazônicos. Em meio a isto, segundo aponta o arqueólogo Marcos Pereira Magalhães, houve uma gradual formação de florestas antropogênicas na Amazônia através desse intenso manejo agroflorestal de elementos bióticos e abióticos dos ecossistemas regionais, defendendo assim a tese de uma Amazônia cultivada¹². Tais florestas e outras marcas da ação humana no espaço amazônico são aspectos determinantes para entender as especificidades socioculturais quanto à conformação de paisagens e territórios-territorialidades nessa região do planeta, os quais foram paulatinamente moldados por grupos humanos ancestrais dos atuais povos indígenas.

Nessa perspectiva, segundo o autor, dois processos históricos civilizadores são de suma importância para entender esse passado mais antigo da Amazônia, bem como as próprias conexões homem-natureza tecidas pelas sociedades da região: o da Cultura Tropical e o da Cultura Antropical. Tais contextos originários são atravessados por complexos evolucionários de alta sofisticação, com longa domesticação de espécies vegetais pelas sociedades humanas

¹² MAGALHÃES, Marcos Pereira. Revoluindo a história do homem na Amazônia. In: *A humanidade e a Amazônia: 11 mil anos de evolução histórica em Carajás*. Belém: MPEG, 2018.

desses períodos e uma eventual antropização das diversas paisagens amazônicas, produzindo os chamados *territórios culturais* que caracterizam perfis ancestrais de ocupação indígena e sua constante territorialização nessa região do planeta.

Por conseguinte, a domesticação, na Amazônia, pode ser vista como uma consequência das estratégias, das relações culturais e dos processos civilizadores seguidos pelos grupos pré-agrícolas. Nessa relação coevolutiva, a domesticação seria o resultado de interações comuns, usuais, dos seres humanos com as plantas; as pessoas selecionam entre os espécimes existentes diversas opções disponíveis não só para suprir a alimentação, mas também para o artesanato, a saúde, as construções e os ritos, tornando isto um marco cultural socialmente reproduzido. Portanto, foi o modo como os nativos trataram a diversidade dos ambientes amazônicos que fez a diferença e garantiu o sucesso e a evolução de suas práticas e modos de produção, bem como a construção de paisagens com forte identidade cultural¹³.

Nesse turno, correlato a construção dessas paisagens culturais e a gradativa antropização dos ecossistemas amazônicos, podemos projetar uma hipótese de “origem” do desenvolvimento intelectual do *perspectivismo*¹⁴ pelas sociedades indígenas da Amazônia antiga, enquanto uma teoria-práxis cosmo-ontológica que se processou e se refinou a partir dessas experiências de dispersão, manejo e diálogo perspectivo com a(s) natureza(s). Ou seja, nas relações e interações ancestrais entre grupos humanos e dimensões (tangíveis e intangíveis) do ambiente amazônico, não deixo de enxergar a construção dessa base epistemológica ameríndia que agrega múltiplos entendimentos sobre a ordem das coisas e seus graus de agências na relação com os humanos e os outros seres existentes em seus respectivos espaços de vivência e socialidade.

Assim, esses territórios originários e suas territorialidades começaram a ser construídos e demarcados por esses primeiros grupos de homens e mulheres amazônicos, que moldavam a paisagem e transformavam-na em artefatos sociais, ao passo que produziam saberes e técnicas de manejo sofisticados que conectavam áreas de várzea, interflúvio e terra firme, deixando importantes legados biossocioculturais na região¹⁵. Para os efeitos da análise, direciono o olhar para uma região específica da Amazônia: o Centro de Endemismo Belém, uma área de

¹³ MAGALHÃES, Marcos Pereira. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 2, 2013, p. 389.

¹⁴ Sobre o debate antropológico quanto ao perspectivismo ameríndio, ver: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 299-346; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora; n-1 edições, 2018.

¹⁵ MAGALHÃES, Marcos Pereira. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 2, p. 381-400, 2013.

grande biodiversidade e forte ação antrópica nos últimos anos¹⁶, a qual se sobrepõe também a chamada área etnográfica *Amazônia Oriental*, localizada entre os rios Mearim (MA) e Xingu (PA)¹⁷.

Essa região tem um passado profundo, que liga muitos grupos humanos e apresenta uma rica diversidade sociocultural, a qual recobre os espaços desde o litoral atlântico até os entornos dos rios Caeté, Quatipuru, Piriá, Gurupi e Turiaçu; bem como os “sertões” e caminhos que levavam ao Maranhão e, de outro lado, até a região dos altos cursos dos rios Guamá e Capim, recortados por florestas e igarapés. Especificamente sobre a zona litorânea no nordeste do Pará, onde existem diversos vestígios arqueológicos de antigos sambaquis, as arqueólogas Maura Imazio e Denise Schaan assinalam algumas importantes dimensões sobre o perfil de ocupação:

A proximidade entre áreas de mangues, praias, campos salinos e mata, possibilitou grande concentração e diversidade de recursos para populações humanas que lá se estabeleceram há, pelo menos, 6.000 anos, fixando-se em comunidades sedentárias, que fabricavam cerâmica para uso cotidiano e possuíam uma indústria lítica incipiente¹⁸.

Já na Baixada Maranhense, antigas sociedades humanas estabeleceram-se em estearias e adaptaram-se à vida em zonas alagadiças, especialmente lagos, com datações por volta do ano Mil (entre 800 e 1040 da Era Comum)¹⁹. Esses grupos na região legaram importantes contextos de desenvolvimento cultural e antropização de paisagens que foram, posteriormente, absorvidos por outros povos originários em circulação naquela espacialidade. Aqui, dois aspectos precisam ser colocados em evidência: o cenário mais amplo de dispersão de povos do tronco Tupi, com as migrações históricas dos Tupinambá da Costa no sentido sul-norte²⁰; e a forte possibilidade de localização de um centro de ocupação e deslocamentos dos “Tupinambá da Amazônia” na região de interflúvio entre os rios Xingu e Tocantins²¹, com

¹⁶ ALMEIDA, Arlete Silva de; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Centro de Endemismo Belém: status da vegetação remanescente e desafios para a conservação da biodiversidade e restauração ecológica. *Revista de Estudos Universitários*, v. 36, n. 3, p. 95-111, 2010.

¹⁷ MELATTI, Julio Cezar. D2 – Amazônia Oriental. In: *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Apostila destinada a curso de extensão; Texto em permanente processo de acréscimo e reformulação. Brasília: UnB, 2021.

¹⁸ SILVEIRA, Maura Imazio da; SCHAAN, Denise Pahl. A vida nos manguezais: a ocupação humana da Costa Atlântica Amazônica durante o holoceno. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (Orgs). *Arqueologia Amazônica*. v.1. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, 2010, p. 37.

¹⁹ NAVARRO, Alexandre Guida. As cidades lacustres do Maranhão: as estearias sob um olhar histórico e arqueológico. *Diálogos*, v. 21, n. 3, p. 126-142, 2017.

²⁰ NOELLI, Francisco Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 2, p. 7-39, 1996.

²¹ ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.

projeções de trânsito territorial para o interior do nordeste paraense, alcançando partes do Maranhão.

A partir desses debates na Arqueologia, e da historicidade das ondas de dispersão Tupi-Guarani pela Amazônia Oriental, é possível levantar hipóteses sobre a presença Tenetehar num passado mais recuado, oriunda possivelmente de relações (alianças, conflitos e produção de parentescos) entre os Tupinambá da Amazônia e os Tupinambá da Costa, mesmo antes de uma marcação étnica da identidade Tenetehar perante outros grupos menores pertencentes a esses macroblocos indígenas. O que se pode afirmar, com certeza, é que essa região da Amazônia foi fortemente territorializada por grupos Tupi-Guarani historicamente em expansão, a exemplo dos vários segmentos Tupinambá, dos Ka'apor e dos Tenetehar; bem como por grupos de outras famílias linguísticas, como os Timbira (Macro-Jê).

Foi sobre essa diversidade de povos indígenas, seus saberes ancestrais e suas experiências territoriais, que o empreendimento colonial e nacional – pós-1822 – seria assentado e criaria novas dinâmicas de espoliação e exclusão desses indivíduos. Em contrapartida, os indígenas também firmaram outras lógicas de organização social, trânsitos e formas de relação com o território, demarcando assim suas r-existências e resiliências em face das longas transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais nas Américas. No caso da Amazônia, aquele grande florescimento e desenvolvimento civilizatório apontado por Marcos Magalhães encontrou seu ponto de inflexão e fechamento cíclico a partir de 1492.

As invasões europeias, as guerras de conquista e imposição do empreendimento colonial – tornado processo com o desenrolar dos séculos – inauguraram uma nova duração (ou temporalidade) para a história da Amazônia. E também desencadearam transformações em torno dos territórios e experiências sociais indígenas, levando a cabo uma movimentação desses sujeitos perante aquela nova realidade. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, os grupos indígenas estiveram envolvidos nesses diferentes espaços e processos históricos deslindados pela colonização europeia, vivendo, convivendo, resistindo e afirmando, assim, suas existências perante o Outro de acordo com lógicas próprias, articulações e interesses que permaneciam, muitas das vezes, invisibilizados pelo olhar ocidental ou adentravam este universo hegemônico desde a tradução etnocêntrica e os meandros da colonização – moderna e contemporânea²².

²² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Como apontado por Carlos Walter Porto-Gonçalves, com as invasões europeias e o estabelecimento do empreendimento colonial, os territórios em *Abya Yala* foram construídos a partir da espoliação de terras de inúmeros povos ancestrais que habitavam este gigantesco continente, os quais passaram por contextos violentos de dominação, desterritorialização e subalternização de seus regimes de saber²³. Uma outra construção de território, concebida desde os emergentes Estados Modernos europeus, sobretudo Portugal e Espanha, passou a intermediar grande parte da experiência latino-americana. Todavia, as diversas estratégias de r-existência efetuadas por povos subalternizados, sobretudo os indígenas, perante tais processos redefiniram as estruturas hegemônicas de poder/saber circunscritas aos territórios usurpados, evocando-se assim territorialidades rearranjadas (ou dissidentes) e impondo entendimentos emancipatórios sobre relações sociais e políticas nesses espaços da colonialidade eurocêntrica e sua outridade.

Nesse entendimento, a atenção dada pela Antropologia à questão das territorialidades tem proporcionado reflexões mais acuradas, sobretudo a partir de diálogos interdisciplinares com a Geografia e a História. Interfaces que apontam caminhos para um entendimento antropológico sobre a construção da alteridade e suas implicações sobre os territórios, especialmente entre os povos originários. Conforme enfatizado por Denise Maldí, a “articulação entre cosmologia e territorialidade” permite observar uma definição sociológica de limites socioespaciais indígenas a partir desses mitos de origem e outras narrativas míticas, uma vez que ao se dimensionar “a representação nativa sobre a territorialidade” é possível pôr em evidência “a importância dos topônimos e a existência de fronteiras” entre diferentes povos indígenas²⁴.

A ideia de sobreposição de territórios, e das territorialidades, expõem brilhantemente uma realidade em torno de redes dispostas e articuladas pelos atores sociais nos distintos espaços ocupados e territorializados e suas temporalidades marcadamente fluidas, evidenciando múltiplas relações, ritmos e escalas das sociedades humanas em (re)construção. Logo, extrapola-se um sentido unicamente físico/geográfico sobre o território e se dimensionam suas marcações socioculturais e políticas. Ao atribuir um olhar histórico (e de longa duração) para esses processos, aprofunda-se a relação sociocultural com o território e

²³ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

²⁴ MALDI, Denise. A questão da territorialidade na etnologia brasileira. *Sociedade e Cultura*, v. 1, n. 1, 1998, p. 14.

igualmente assegura-se aos povos indígenas, nesse caso, maior respeito ao sentido ancestral que lhe é dado atualmente.

Os Tenetehar e os (imprecisos) relatos coloniais: presenças indígenas, ação histórica e mediações antropológicas

Na História linear – e única – elaborada *stricto sensu* pelo Ocidente, conforme destacado por Chimamanda Adichie²⁵, os diversos povos originários e sociedades tradicionais aparecem de forma pontual e genérica nos registros escritos (oficiais), onde foram captados pela visão de mundo dos europeus. Nessas fontes de informação primária e de impressão de verdades relativizáveis, os indígenas tiveram suas culturas “rudimentares” encapsuladas e seus nomes “gentílicos” rebatizados para termos inteligíveis aos padrões de saber dos colonizadores, de acordo com seus exercícios intelectuais – teológicos, filosóficos e antropológicos – de tradução e classificação do mundo e das coisas, ambos dispostos em ordenamentos e hierarquias arbitrariamente inventados. Apesar disso, dimensões da realidade indígena no passado são passíveis de serem recuperadas através de tais informações – em complemento, como já dito anteriormente, de evidências arqueológicas, dados linguísticos e reflexões antropológicas.

No caso dos Tenetehar, foco de minha análise, sua primeira inserção nessa História hegemônica da Modernidade/Colonialidade deu-se no início do século XVII, quando os franceses ocuparam parte da costa maranhense e fundaram, na ilha de São Luís, uma colônia fortificada, a qual foi denominada posteriormente de *França Equinocial*. Os franceses que ali estabeleceram-se inicialmente primaram por estreitar relações com os Tupinambá da Ilha do Maranhão. Tais contatos buscavam efetuar um processo “em que os franceses se deixavam ‘tupinizar’, aceitando participar do universo de regras nativo, enquanto os indígenas consentiam em ‘afrancesar-se’, o que implicava reconhecer a presença política e religiosa dos franceses”²⁶. Com isso, os colonizadores francófonos puderam espriar-se pela região, indo ao interior do Maranhão e percorrendo partes do nordeste paraense, mapeando essa porção oriental da Amazônia e identificando algumas povoações indígenas com potencial de exploração.

²⁵ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

²⁶ SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2012, p. 179.

No relato do padre D'Abbeville, por exemplo, ao mencionar as populações indígenas no Pará, ele informava que a região do rio Caeté possuía grande presença Tupinambá e que o rio Amazonas e outros territórios próximos tinham alto número de aldeias, habitadas por indígenas da mesma nação dos Tupinambá de São Luís, Tapuitapera e Cumã pois “falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e com os quais podem os franceses negociar com segurança”²⁷. Como sabemos que essa região da Amazônia Oriental possuía (e possui) uma diversidade de povos da família Tupi-Guarani, essa visão de D'Abbeville induz uma aglutinação étnica desses grupos numa coisa só, atrelada ao etnônimo *tupinambá* e uma alteridade genérica, levando a certo apagamento antropológico das realidades pluriétnicas da Amazônia indígena e também aos próprios processos de *etnificação* efetuados endogenamente por aqueles povos²⁸.

Ou seja, nesses relatos históricos e nas informações coloniais sobre os povos originários, as referências encontradas podem levar à consideração crítica de novas presenças indígenas ao se fazer esse exercício de suspensão e relativização da objetividade dos dados apresentados na fonte. Neste caso, os Tenetehar poderiam estar inclusos na generalização Tupinambá projetada na região. Afinal, esse povo habitava aquelas terras desde tempos anteriores à invasão em 1492. Porém, esse caminho indutivo é pouco crível a certos historiadores e antropólogos, que ainda se prendem a uma racionalidade discursiva do documento enquanto prova cabal da verdade, numa lógica histórica (ainda) um tanto positivista. É preciso seguir outros rastros.

Assim, enxergar o passado Tenetehar-Tembé requer esforços etnográficos de imaginação histórica²⁹ para um contexto em que as fontes documentais são tão imprecisas e enviesadas. Mas deixando isso um pouco de lado agora e voltando à “segurança” da história mais objetiva, chegamos ao momento em que os Tenetehar são inseridos de fato na narrativa colonial. Em sua breve contextualização histórica acerca dos Guajajara no Maranhão, o antropólogo Claudio Zannoni relata sobre alguns padres capuchinhos que coletaram informações junto aos Tabajara acerca de uma grande nação indígena habitante dos sertões do rio Pindaré, chamada pelos religiosos franceses de “Pinariens”³⁰.

²⁷ D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Brasília: Senado Federal, [1614]2008, p. 202.

²⁸ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Etnologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 53-78.

²⁹ COMARROF Jean; COMARROF John. Etnografia e imaginação história. *Revista Proa*, v. 1, n. 2, p. 1-72, 2010.

³⁰ ZANNONI, Claudio. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999, p. 46-48.

Ainda segundo os capuchinhos, a partir de relatos colhidos entre os Tupinambá da ilha, aponta Zannoni, este grupo indígena localizado no rio Pindaré encontrava-se estabelecido nessa região desde muito tempo. Ao que se indica, segundo o autor, antes mesmo da invasão europeia nas terras brasílicas iniciada em 1500; fato conjectural que corrobora para uma presença desse grupo Tupi-Guarani anterior aos processos de expansão de outras populações Tupi pela costa brasileira nos séculos XV e XVI. No entanto, apesar de serem da família etno-linguística Tupi-Guarani, os Tenetehar (ou aqui, “Pinariens”) mantinham algumas diferenciações socioculturais importantes dos Tupinambá que estavam assentados na costa.

Outro importante autor que fez inferências sobre esse contexto inicial da história Tenetehar foi o antropólogo Mércio Gomes. Ele também constatou que os Tenetehar foram inseridos na ótica colonial devido às primeiras incursões francesas ao interior do continente, subindo os rios Pindaré e Mearim, as quais foram orientadas por seus aliados Tupinambá. Todavia, reforça o autor, essas expedições não puderam ser aprofundadas devido às guerras de reconquista daquela área travadas entre franceses e portugueses³¹. Com a expulsão definitiva dos franceses da ilha de São Luís, os Tenetehar seriam novamente mencionados à época dos primeiros intentos coloniais realizados pelos lusitanos naquela parte da América Portuguesa, que posteriormente recebeu o nome de Estado do Maranhão e Grão-Pará.

A partir do ano de 1616, tanto Mércio Gomes quanto Claudio Zannoni identificam o emprego colonial do etnônimo Guajajara para referenciar os habitantes indígenas da região do rio Pindaré. Nesse momento histórico de afirmação do projeto colonial português na região, segundo ambos os autores, os Tenetehar já rebatizados de Guajajara seriam arrolados na condição de “peças” comerciáveis, assim como outros indígenas, apressados e movimentados pelos territórios a partir de expedições escravistas ao rio Pindaré e regiões circunvizinhas, com destaque para aquelas empreendidas e capitaneadas por Bento Maciel Parente, no próprio ano de 1616, e pelo então capitão-mor do Pará, Lucena de Azevedo, por volta de 1640. Isso fez com que os Tenetehar fossem dispersos compulsoriamente por outras regiões entre Belém e São Luís, empreendendo novas territorializações nesses processos de arregimentação forçada.

Em idos do ano de 1635, em um requerimento apresentado por Bento Maciel Parente ao rei D. Filipe III, então dirigente do reino lusitano no contexto da União Ibérica, os Tenetehar-Gujajara foram “formalmente” apresentados e renomeados pelo conquistador

³¹ GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 127.

luso-brasileiro. No documento, Bento Maciel solicitava a provisão de “mil cazais dos Indios da Provincia dos guayahiyaras [*sic*]”, os quais seriam diretamente empregados na povoação e defesa de uma fortificação localizada no “Rio Itapecurû, terra firme do Maranhão [*sic*]”, bem como iriam defender o engenho de açúcar nela existente, onde os mesmos indígenas trabalhariam compulsoriamente³². Sob o peso do etnônimo Guajajara, a inserção dos Tenetehar na História (oficial) do Brasil surge pelas marcas da tradução europeia do desconhecido, e seu olhar classificatório, e da própria engrenagem colonial de dominação e exploração.

Outros episódios arbitrários ilustram o tipo de relação tecida pelos Tenetehar, assim como por outros grupos indígenas, com o mundo luso-amazônico do período: entre aproximações para firmar alianças e redes de “proteção” e afastamentos para fugir da violência colonial e assegurar autonomias. Por exemplo, ao tratar da historicidade dos Parakanã em seus territórios, no interflúvio dos rios Tocantins e Xingu, Carlos Fausto menciona os impactos do processo de depopulação indígena na região, decorrente de guerras de extermínio perpetradas pelos portugueses, apresamentos para escravização de nativos e diversas epidemias que assolavam os corpos-territórios indígenas desde o século XVII³³. Entretanto, o autor evidencia como os Parakanã também negociavam com o mundo colonial, inserindo-se em determinados processos conforme os seus interesses. Assim também faziam os Tenetehar entre Maranhão e Pará.

A partir de então, os Tenetehar/Gujajara passariam a figurar como “índios” genéricos, destituídos de seus nomes nativos e invisibilizados pelo olhar do colonizador europeu, que os enxergava apenas como mão de obra subalterna, indispensável para efetivar o empreendimento ultramarino na Amazônia Portuguesa. Como uma massa anônima de braços para a economia colonial no “Novo Mundo” e almas para as missões da Cristandade, a presença indígena na História oficial escrita pela visão de mundo eurocentrada deu-se, em grande medida, desde um apagamento paulatino de suas diferenças étnicas e especificidades socioculturais. Porém, estes sujeitos podem ser observados na documentação, posicionados de forma silenciosa e indutiva desde uma reconstrução cuidadosa tecida por historiadores e historiadoras. Um processo atento de leitura das fontes coloniais em que se problematiza o silêncio desses sujeitos e seu apagamento enquanto povos específicos, reintroduzindo suas

³² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Requerimento apresentado por Bento Maciel Parente ao rei D. Filipe III*, com data anterior a 04/08/1635. Fundo: Pará, caixa 01, documento 37.

³³ FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2014.

presenças e existências desde certa imaginação histórica que se alia aos dados arqueológicos, linguísticos e etnológicos.

No caso dos Tenetehar, podemos percebê-los de forma intimista ao ler detalhadamente a documentação colonial do Arquivo Histórico Ultramarino, por exemplo, e encontrar evidências que nos permitam tecer algumas poucas ligações e reconectar esses rastros da história indígena na região. Então, podemos perceber esses laços contextuais ao localizar um documento em que se menciona uma certa “Aldeya do Pinaré” na capitania do Maranhão, pertencente à esfera administrativa dos padres da Companhia de Jesus e habitada por cerca de trinta casais de “índios”³⁴; ou ainda nos relatos da descoberta de “dilatadas, e preciosas campinas, que medeaõ entre as cabeceyras dos Rios Meary, e Goajeú [*sic*]” – área histórica de trânsito dos Tenetehar –, habitadas por “gentios bárbaros” que tão logo seriam arrebanhados pelas missões religiosas naquela capitania³⁵. Percorrer as fontes com um olhar mais relativista quanto a objetividade dos discursos e que sustentem nossa imaginação histórica sobre a realidade indígena no passado, com as devidas ressalvas e rigores analíticos.

Logo, percebemos na documentação e em relatos históricos da época, como de João Filipe Bettendorff ³⁶, que os Tenetehar seriam novamente evocados como habitantes das missões erigidas pelos padres regulares no interior do território maranhense, quando a “proteção missionária” resguardaria os Tenetehar, e outros grupos indígenas, da escravidão e das guerras de extermínio perpetradas pelos colonos portugueses. Apesar de suas agências permanecerem ofuscadas na documentação oficial, estariam vivas e pulsantes nos declives do sistema colonial, cuja realidade cotidiana não conseguiria solapar as cosmologias ancestrais, tão longínquas quanto a própria ocupação Tenetehar na região, ou indígena em *Abya Yala*.

Um exemplo bem elucidativo dessas interconexões, que emaranham continuidades e descontinuidades ao longo do tempo (histórico e mitológico), entre os povos indígenas está atrelado, no caso aqui analisado, à própria palavra *tenetehar*. Autodenominação deste povo Tupi-Guarani amazônico, a mesma significa “o ser íntegro, gente verdadeira”; uma expressão forte que evoca para os Tenetehar uma condição de seres perfeitos e singulares no cosmo, conforme pontua Mércio Gomes. Ou seja, a palavra destaca e demarca a própria percepção do

³⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Carta de Pedro César de Meneses ao rei regente D. Pedro*, datado de 20/07/1673. Fundo: Pará, caixa 2, documento 151.

³⁵ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Carta de Miguel de Bulhões e Sousa para o rei D. José I*, datado de 11/12/1756. Fundo: Pará, caixa 42, documento 3834.

³⁶ BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, [1698]2010.

povo Tenetehar sobre si, atribuindo-se enquanto representantes da verdadeira humanidade que se eleva entre os demais povos do mundo.

Como assinala o autor, o primeiro registro desta alcunha étnica foi feito por Curt Nimuendajú entre os Tenetehar-Tembé do rio Gurupi, no ano de 1914. Entretanto, Gomes ressalta que a utilização desta autodenominação originária é muito anterior ao período citado – começo do século XX³⁷ –, sendo possível remontar seus usos como marcador de alteridade dos Tenetehar aos tempos coloniais e de pré-Conquista nessa região da Amazônia. Portanto, o termo designativo *tenetehar* traz consigo toda uma carga simbólica e etnopolítica em torno das definições de liberdade e autonomia para este povo, que movem suas diferentes ações e interações no mundo, nas relações com humanos e extra-humanos.

Retornando ao cenário histórico *stricto sensu*, podemos perceber um desaparecimento dos Tenetehar nos registros oficiais de meados do século XVIII em diante, sobretudo após a promulgação do Diretório dos Índios em 1757. Essa invisibilidade na documentação segue até o segundo quartel do século XIX, como apontarei melhor mais à frente no texto. A expulsão das ordens religiosas, a liberdade outorgada aos indígenas, agora vassalos da Coroa Portuguesa, e a introdução massiva de africanos escravizados permitiu que os Tenetehar fugissem e se internalizassem novamente nas matas, retomando seu *modus vivendi* de forma íntegra, sem os olhares controladores das autoridades religiosas ou civis.

Neste contexto, afirma Claudio Zannoni, os Tenetehar teriam experimentado uma nova e grande expansão pelo território maranhense, migrando para oeste até os sertões do rio Gurupi e para leste, até os rios Mearim e Grajaú, ocupando e territorializando estas áreas anteriormente percorridas em suas andanças³⁸. No entanto, é sabido que os Tenetehar, como tantos outros povos originários, não permaneceram à margem das vilas e lugares erigidos pelo Diretório, e mais uma vez voltariam a figurar como sujeitos anônimos nos novos espaços de sociabilidade erigidos no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Anonimato que, aliás, não significa passividade ou ausência.

No escrutínio das ações indígenas no universo colonial, uma miríade de lógicas e posicionamentos se revelam para salvaguardar identidades e culturas no subterrâneo da ordem social. Sem tocar especificamente nos Tenetehar, mas dando atenção aos sujeitos indígenas de forma generalizada no contexto colonial de meados do Setecentos, Benedito Emílio Ribeiro e

³⁷ GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 47-48.

³⁸ ZANNONI, Claudio. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999, p. 44-46.

Vanderlúcia Ponte estabelecem aspectos socioculturais e políticos, e seus fundos cosmológicos, que guiavam os indígenas no contexto do Diretório dos Índios a elaborar suas estratégias de vivência e sobrevivência, individuais e coletivas, naquele universo colonial:

Essas estratégias permitem-nos visualizar os protagonismos indígenas que se mascaram ora em insubordinações, conflitos e fugas, ora em aparentes alianças, influências e submissões. Foram estas resistências, explícitas e implícitas, desenvolvidas nos meandros das relações interpessoais, nas dissidências entre segmentos sociais e nos matizes da vida cotidiana, que propiciaram e caracterizaram as composições específicas que foram produzidas ao longo deste período³⁹.

Desta maneira, os autores visualizam os agenciamentos indígenas no interior dos diversos lugares de atuação social, engendrados pelas políticas do período pombalino e assenhorados pelos diferentes grupos, aldeados ou não. Localizam e entendem as experiências cotidianas adotadas pelos “índios”, no intuito de articular seu *modus vivendi* tradicional nas diferentes vilas e lugares, que possibilitavam dissolver as ações e relações sociocosmológicas em aparente submissão e aceitação do padrão impositivo do colonizador europeu, provocando clivagens na ordem dominante. Essas negociações e mediações simbólicas, invisibilizadas pelo colonizador e sua visão racional de mundo, teriam suma centralidade posteriormente, em meio as atualizações e (re)definições das identidades e subjetividades indígenas.

Assim, esses grupos indígenas estabeleciam margens de manobra para suas estratégias de vivência e suas r-existências diante daquela realidade colonial. Apesar da presença indígena ser bem salientada na documentação do período, com os contingentes de “índios” de vilas e lugares de acordo com os mapas de população das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro⁴⁰, por exemplo, a possibilidade de algum reconhecimento étnico torna-se ainda mais nublada neste contexto histórico. Apenas alguns grupos eram visibilizados, sobretudo em situações aguerridas com o universo luso-amazônico – é o caso dos Manao, dos “Sumauma”,

³⁹ RIBEIRO, Benedito Emílio; PONTE, Vanderlúcia da Silva. Por uma história dos índios no Grão-Pará: estratégias, dinâmicas e protagonismos indígenas no contexto do Diretório Pombalino (1757-1798). *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 25, n. 1, 2017, p. 121-122.

⁴⁰ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro*, datado de 08/12/1775. Fundo: Pará, caixa 74, documento 6252; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Mapa dos habitantes e fogos existentes nas freguesias e povoações das capitanias do Estado do Pará e Rio Negro*, datado de 01/01/1776. Fundo: Pará, caixa 74, documento 6256; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Mapa dos habitantes e fogos existentes nas freguesias e povoações das capitanias do Estado do Pará e Rio Negro*, datado de 01/01/1777. Fundo: Pará, caixa 76, documento 6368; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Carta de João Pereira Caldas para a rainha D. Maria I*, datada de 29/02/1780. Fundo: Pará, caixa 85, documento 6940; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro*, datado de 22/06/1785. Fundo: Pará, caixa 94, documento 7509; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Mapa de todos os índios aldeados e fogos que existentes nas Povoações de Índios da capitania do Pará*, datado de 1789. Fundo: Pará, caixa 99, documento 7872.

dos Timbira, dos Mura e dos Munduruku, para citar alguns exemplos. Enquanto isso, os Tenetehar e outros povos originários mantiveram-se invisíveis perante o olhar europeu, o que não significa que fossem inexistentes naquela conjuntura. A história Tenetehar demonstra bem o contrário.

Do Maranhão ao Pará, e vice-versa: trânsitos territoriais, “novas” relações interétnicas e agenciamentos Tenetehar no século XIX

Adentrando o longo século XIX, percebemos que o povo Tenetehar – como outros povos indígenas – ainda permaneciam invisibilizados nas fontes oficiais, sendo lançados às margens de qualquer processo histórico transcorrido naquele contexto de tantas efervescências políticas e sociais. Isso demarca uma estratégia colonial/imperial de exclusão e apagamento deliberado desses sujeitos da História do Brasil. Na Amazônia, tais perspectivas têm profundas implicações locais, que retomam essas formas de invisibilização oitocentistas e relegam os povos indígenas a uma condição secundária (quase inexpressiva) no âmbito das relações vividas naquela região, conforme destaca Márcio Couto Henrique⁴¹.

No caso dos Tenetehar, eles apenas regressaram aos registros da época nos tempos de seu grande processo migratório, que ocorreu por volta de meados do Oitocentos. Essa reconhecida migração (ou migrações) dos Tenetehar entre o Maranhão e o Pará, que inclusive mudou algumas configurações da presença indígena no nordeste paraense, criou historicamente uma falsa ideia de cisão radical deste povo e de sua divisão em dois subgrupos distintos, e sem aparentes relações mais profundas entre si: os indígenas que permaneceram no Maranhão continuaram sendo denominados de Guajajara; enquanto aqueles que se estabeleceram no nordeste da então Província do Grão-Pará passaram a ser conhecidos, pelas autoridades e população local, pelo etnônimo Tembé.

Concomitante a este processo, temos ainda as notícias dos espaços onde seriam administradas a catequese e civilização aos Tenetehar sob a vigência do Regulamento das Missões de 1845, com o estabelecimento de colônias indígenas e diretorias parciais por todo o Império do Brasil – no caso específico da análise, entre o Pará e o Maranhão. Na Amazônia, os efeitos dessa legislação imperial seriam diversificados, com impactos tanto sobre vida dos povos originários quanto entre os próprios poderes locais. Como bem destacam Laura de

⁴¹ HENRIQUE, Márcio Couto. Sobre a (in)visibilidade dos índios da Amazônia (século XIX). In: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda Maria de Oliveira (Orgs.). *Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura*. Belém: Açai, 2013, p. 109-140.

Morais e Sara Suliman: “Após a aplicação do Regulamento de 1845, as missões religiosas na Amazônia imperial passaram por uma série de distúrbios e as populações indígenas viram-se confrontadas com diversos desafios”⁴². Um deles, podemos destacar, foram os aldeamentos e suas políticas de confinamento e alijamento do *modus vivendi* indígena, bem como de seus territórios.

Segundo explicitou Manuela Carneiro da Cunha, os aldeamentos indígenas do período do Império mantiveram algumas características das antigas missões jesuíticas dos tempos coloniais: eram espaços de concentração arbitrária de indígenas, onde se tentava suplantar a cultura tradicional e “atrasada” daqueles povos através da catequese e sua pedagogia “civilizatória”, buscando assegurar uma força de trabalho dócil e útil aos desígnios da nação, por meio da sedentarização e desconfiguração étnico-cultural desses povos. Sendo assim, eram lugares que “serviam de infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão-de-obra”⁴³ para o desenvolvimento econômico das Províncias e, conseqüentemente, do Império do Brasil.

Nesse horizonte, temos ainda a instituição da Lei de Terras em 1850 que, para Ligia Osório Silva, objetivava regulamentar a situação fundiária no Império do Brasil, herdada dos tempos coloniais, e estabelecer as novas diretrizes jurídicas para as formas de propriedade vigentes, promovendo modernização no ordenamento territorial da nação. Segundo a autora, a Lei de Terras tinha por dimensão imediata e fulcral a “intenção de demarcar as terras devolutas e normalizar o acesso à terra por parte dos particulares daquela data em diante”⁴⁴, tornando as questões envolvendo terra e trabalho uma dupla indissociável.

Retomando a análise de Manuela Carneiro da Cunha, a autora aponta para certa complementaridade jurídica entre a Lei de Terras e *corpus* legal do Regulamento das Missões, exatamente nos temas que dispunham sobre os espaços pertencentes aos aldeamentos indígenas e empreendiam novas regras para a legalidade das expropriações territoriais perpetradas por particulares e autoridades provinciais, leigas ou religiosas. Assim, os aldeamentos também funcionavam como ferramentas para instrumentalizar as políticas fundiárias do Império, uma vez que o confinamento de certos grupos indígenas nestes espaços proporcionava a liberação de extensões significativas de terra, as quais eram necessárias para

⁴² MORAIS, Laura Trindade de; SULIMAN, Sara da Silva. Os impactos do Regulamento de 1845 no mundo indígena. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (Orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 166.

⁴³ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 144.

⁴⁴ SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 2008, p. 19.

garantir interesses, públicos e privados, dos poderes locais e regionais e sua máquina econômica de produção de riquezas.

Apesar dos efeitos nocivos e arbitrários estabelecidos no discurso legal, os limites das vivências e das reorganizações sociopolíticas daqueles grupos em face do contato margeiam outras possibilidades para observar o agenciamento indígena nas mesmas fontes oficiais, proporcionando verdadeiro “hiato que se sabe existir entre a lei e o real”⁴⁵. Esse descompasso abre margem para uma série de movimentações indígenas que buscava assegurar os interesses variados desses “índios”. Maria Regina Celestino de Almeida, por exemplo, chama atenção às ações de indígenas, de maneira individual ou coletiva, a partir de conflitos de terras envolvendo suas aldeias no Rio de Janeiro⁴⁶. Ao reivindicarem seus direitos inalienáveis nas esferas da justiça, os indígenas aldeados reforçavam identidades e sentidos de comunhão grupal erigidas nestes espaços, permitindo-lhes visibilidade nos assuntos do Império e promovendo a falácia dos discursos oficiais de desaparecimento.

Assim, os grupos Tenetehar não estavam desconectados deste plano geral de meados do Oitocentos: entre uma política assimilacionista e suas próprias cosmopolíticas de contato. No Maranhão, os Tenetehar-Guajajara aparecem nos registros provinciais desde 1844, ao se relatar o estabelecimento de uma colônia na região do Pindaré e as aproximações de indígenas desta etnia que, na companhia de alguns sujeitos paraenses, traziam óleo de copaíba e anunciavam a possibilidade de descimento de outros 45 Guajajara para o lugar trazendo outros gêneros, como cravo e canela, o qual viria a prosperar com isto⁴⁷. Claudio Zannoni identifica esta colônia como sendo a de São Pedro do Pindaré, uma das maiores da Província do Maranhão e cuja fundação ocorreu no ano de 1840⁴⁸. Ao longo da segunda metade do século XIX, as diferentes Diretorias Parciais criadas no Maranhão vão (tentar) dar conta de administrar os Tenetehar-Guajajara e/em suas aldeias dispersas pelo interior da província⁴⁹.

Para entender esse cenário histórico envolvendo os Guajajara, Claudio Zannoni é uma importante referência. Utilizando os relatórios dos Presidentes de Província para sistematizar

⁴⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 152.

⁴⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

⁴⁷ MARANHÃO (Província). *Relatório... por João Jozé de Moura Magalhães, Presidente da Província*, de 20 de junho de 1844, p. 15.

⁴⁸ ZANNONI, Claudio. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999, p. 30-31.

⁴⁹ MARANHÃO (Província). *Fala... de Antonio Joaquim Alvares do Amaral, Presidente da Província*, de 28 de julho de 1848; MARANHÃO (Província). *Fala... de Honório Pereira de Azeredo Coutinho, Presidente da Província*, de 07 de setembro de 1850.

alguns dados, o autor identifica as colônias indígenas e diretorias em que os Guajajara estavam localizados, os seus serviços prestados ao Governo provincial do Maranhão e os gêneros alimentícios que eram produzidos pelos “índios”⁵⁰. Zannoni também busca quantificar, em seu trabalho, a população Guajajara que aparecia arrolada nos registros históricos consultados por ele, além de inquirir brevemente sobre alguns conflitos ocorridos entre os indígenas e seus diretores nos aldeamentos, os quais se rebelavam contra estes últimos e fugiam para as matas, em constantes e dinâmicos movimentos de aproximação e afastamento da sociedade envolvente oitocentista e suas regras de vivência (ou convivência) ditas civilizatórias.

Nos contornos históricos de sua análise antropológica sobre os Tenetehar do Maranhão, Zannoni destaca o sistema repressivo ao qual os indígenas eram submetidos no período imperial e também os mecanismos coercitivos para arregimentação desses sujeitos enquanto mão de obra na província maranhense. O autor, todavia, não adentra profundamente nos diferentes meandros de relações e tensões erigidas pelos indígenas com o Estado Imperial e os poderes locais no Maranhão, focalizando apenas os principais momentos de conflito – eixo central de sua investigação antropológica – como única expressão e indício da resistência dos Guajajara nesse contexto histórico. O conflito social, apesar de dinamizador na cultura e na organização dos Tenetehar, representa umas das muitas estratégias de agência deste povo Tupi-Guarani.

Já na Província do Grão-Pará, as notícias sobre os Tembé são localizadas a partir da segunda metade do século XIX, tanto nos relatórios dos Presidentes de Província quanto nos registros de naturalistas e viajantes, como Gustavo Guilherme Dodt e João Barbosa Rodrigues. É neste turno que a historiografia aponta para a migração dos Tenetehar do Maranhão para o Pará, onde se fixaram nas cabeceiras dos principais rios da região nordeste do atual estado: Gurupi, Capim, Acará e Acará-Mirim, Guamá e Maracanã. Esses deslocamentos dos Tenetehar entre o Maranhão e o Pará também encontram um momento histórico ímpar, após as revoltas regenciais da Cabanagem (PA) e da Balaiada (MA) e quando a fronteira que dividia as duas províncias mudou, em 1853: do rio Turiaçu passou para o rio Gurupi.

Esse processo migratório único e contingente localizado em meados do século XIX, no entanto, é posto em discussão pela antropóloga Noêmia Sales, que aponta para a possibilidade

⁵⁰ ZANNONI, Claudio. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999, p. 28-40.

dos Tenetehar-Tembé não terem um único lugar de origem: “Questionamos, sim, a migração de todos os Tembé de um só local, como se pudesse ter existido tal concentração”⁵¹. Utilizando os escritos de João Barbosa Rodrigues e Gustavo Guilherme Dodt para alicerçar suas hipóteses, a autora demonstra como muito antes dessa migração oitocentista os Tenetehar, e outros grupos indígenas da região (Ka’apor, Amanbé, Timbira, Amanayé, etc.), possuíam um trânsito histórico pela extensão que engloba hoje o nordeste paraense e o oeste maranhense, até os vales dos rios Pindaré e Mearim.

A partir desses dois naturalistas do século XIX, que têm uma importante compilação “etnográfica” (apesar dos vieses interpretativos da época) sobre os Tenetehar-Tembé, Noêmia Sales enfatiza para a inexistência de uma única concentração da população Tenetehar, mas uma miríade de espaços ocupados ao longo do tempo, entre o Pará e o Maranhão, que se reconectavam durante o contexto das migrações/trânsitos. Portanto, é problemático estabelecer uma construção linear e historicamente estacionada em apenas um período, o século XIX, haja vista que as populações indígenas apresentam fluxos populacionais constantes anteriores à invasão e colonização europeia. Isso apresenta-se como característica da organização sócio-espacial entre grupos de caçadores-coletores e com horticultura itinerante, como os Tembé estudados aqui, e que dão margem à ancestralidade da ocupação e da territorialidade indígenas em seus próprios termos ontológicos.

Nesse sentido, novamente, o diálogo da História com a Arqueologia e a Antropologia é imprescindível para entender tais processos e dinâmicas do passado indígena, na Amazônia e em outras partes das Américas, e que igualmente apresentam conexões no tempo presente em vista dos movimentos de retomada territorial e indigenização dos espaços. Complementar ao entendimento aqui exposto, comungo com os apontamentos destacados por Dominique Gallois:

Em muitos trabalhos acadêmicos, a produção antropológica evidencia um desconhecimento indígena do que seja território, atestando inclusive a inexistência dessa noção para determinados grupos. Nesses casos, a mobilidade espacial funciona como uma espécie de prova de que não há território, ou, como afirma Rivière, de que há “ausência de um senso de territorialidade” (1984: 95). Análises como esta procuram descrever as concepções indígenas a partir de noções abertas de território e de limites, extremamente variáveis. Esses estudos também mostram que a idéia de um território fechado só surge com as restrições impostas pelo contato, pelos

⁵¹ SALES, Noêmia Pires. *Pressão e resistência: os índios Tembé-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território*. Belém: UNAMA, 1999, p. 29.

processos de regularização fundiária, contexto que inclusive favorece o surgimento de uma identidade étnica.⁵²

Isso é bem observado junto aos Tembé, uma vez que o estabelecimento das diretorias e aldeamentos e a ação missionária não impactou de forma central nas suas relações com o território e em seus processos de circulação e produção de territorialidades nesses espaços de sertão e fronteira interna entre o Pará e o Maranhão. Ou seja, ainda que a presença missionária oitocentista buscasse a transformação/assimilação dos indígenas por meio da civilização e catequese, a mesma não foi capaz de restringir efetivamente a reprodução das lógicas de trânsito territorial e a autonomia indígena nas suas relações cosmológicas com o espaço territorializado e o ambiente, em seus distintos estratos sociocósmicos. Essas mudanças, em grande medida, seriam sentidas no curso do século XX, com a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na região e os processos tutelares de criação de uma reserva indígena entre o Guamá e o Gurupi, conforme pontuado por Benedito Emílio Ribeiro e Márcio Meira⁵³.

Voltando ao contexto histórico da segunda metade do século XIX, os Tembé e demais povos indígenas no Pará foram submetidos aos quadros gerais de catequese e civilização da política indigenista imperial, da mesma forma que os Guajajara no Maranhão. Na implantação de diretorias parciais, estipuladas pelo Regulamento das Missões, treze delas foram criadas na Província do Grão-Pará, com a seguinte distribuição:

1^a) Rio Maracanã, em S. Domingos da Boa Vista; 2^a) Rio Capim; 3^a) Santa Leopoldina do Candirú-assú, rio Capim; 4^a) Rio Acará-Mirim; 5^a) Rio Mirity-Pitanga, no Acará; 6^a) Rio Xingú; 7^a) Vizeu; 8^a) Rio Pacajá, em Portel; 9^a) Alto Tocantins; 10^a) Rio Gurupi; 11^a) Alto Tapajós; 12^a) Baixo Tapajós; 13^a) Tocantins, distrito de Baião⁵⁴.

Esse aparelhamento das diretorias parciais, com um grande número em áreas de ocupação Tembé (1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 7^a e 10^a Diretorias), revela a preocupação da administração provincial em cercar e controlar este grupo indígena, por ser um dos maiores e mais numerosos existentes na porção oriental da Província, mais próxima da capital (Belém) inclusive. Assim, os diretores e missionários poderiam ter maior influência sobre os

⁵² GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004, p. 39.

⁵³ RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva; MEIRA, Márcio. “Tudo era área indígena”: território, exercícios tutelares e processos de r-existência entre os tenetehar-tembés no século XX. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 34, n. 2, p. 1-25, 2021.

⁵⁴ PARÁ (Província). *Relatório... por José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província*, em 15 de fevereiro de 1881, p. 74.

Tenetehar-Tembé que se concentravam, ou eram concentrados principalmente, entre o rio Gurupi e o rio Capim. Nessa região entre o Gurupi e o Capim, os Tembé realizavam importante trânsito e seguiam tecendo contatos com agentes regionais, a exemplo dos regatões, conforme apontam alguns relatos dos presidentes de província, apesar dos esforços do poder provincial em empreender a catequese e civilização dos indígenas a partir dos muitos aldeamentos missionários que eram direcionados ali.

Ou seja, em vista dos dispositivos de controle projetados pelo Regulamento das Missões, e instrumentalizados na Província do Grão-Pará por seus dirigentes, os indígenas teciam suas ações e apresentavam suas próprias perspectivas, aspectos que os colocam como protagonistas nesse processo histórico, transformando os ditames imperiais de acordo com os seus interesses. Por exemplo, o relato abaixo extraído de um documento do governo provincial paraense, de 1854, em que se enfatiza o seguinte sobre alguns grupos indígenas é bem revelador:

Em janeiro do corrente apresentaram sê-me em Palácio 60 e tantos da tribo Tembé – vindos de uma maloca cujo número ignoro, e que tem descido das cabeceiras do Gurupi para um braço do Capim, em cuja direção, segundo me consta, abriram uma picada. Fiz batizar as crianças, brindei-os e convidei-os a aproximarem-se. Depois destes apareceram-me ainda alguns da nação Xavante e Apinayé – vindos de Goiás, aos quais também fiz os mesmos presentes.

Mas essas malocas não formam ainda aldeamentos, nem se pode contar com a sua permanência nesses lugares, para onde tem baixado, pois já por vezes tem acontecido fazerem iguais descidas e desaparecerem pouco depois, internando-se de novo nas brenhas⁵⁵.

Aqui percebe-se a ação dos indígenas em buscar o governo provincial para obter alguns benefícios. Ou seja, denota um grau de conhecimento sobre a realidade legal deslindada pela aplicação do Regulamento das Missões, bem como os limites para se aproximar e garantir seus interesses, sem precisarem ser engolidos pelos mecanismos “sedutores” daquela estrutura civilizatória do Império. E ênfase, diante disso, como as experiências indígenas no século XIX eram balizadas por protagonismos e uma intensa flexibilidade desses sujeitos sobre o tempo em que viviam. Tanto que o Presidente da Província acentua para o caso do Tembé que eles voltariam a se internalizar nas matas, mantendo assim sua autonomia nos respectivos territórios de existência de tais povos. Esses territórios-territorialidades se espalhavam entre o nordeste paraense e o oeste maranhense, em torno dos rios Turiaçu, Gurupi, Capim, Acará etc.

⁵⁵ PARÁ (Província). *Fala... de Sebastião do Rego Barros, Presidente da Província*, no dia 15 de agosto de 1854, p. 37.

Porém, a região do rio Guamá permanece à margem de qualquer dimensão da presença indígena neste contexto, através dessas fontes oficiais sobre a Província do Pará, com uma inexistente. Reiteram uma menor importância ao Guamá, enquanto um rio “sem índios” em sua extensão, reservando maior destaque para rios como o Gurupi e o Capim, por exemplo, que possuíam grande contingente de populações indígenas habitando ao longo de seu curso, além de serem mais importantes economicamente falando⁵⁶. Todavia, algumas fontes locais sobre a cidade de Ourém revelam outras dinâmicas e dimensões históricas para a região do rio Guamá, projetando-a enquanto uma antiga rota de circulação e espaço de morada para diferentes grupos indígenas, sobretudo os Ka’apor e os Tembê⁵⁷.

Apesar disso, vale ressaltar que dificilmente encontram-se outras referências sólidas sobre os Tenetehar-Tembê no alto Guamá durante esse contexto do Oitocentos, especialmente nos relatórios dos presidentes de província. Friso uma possível invisibilidade da administração provincial para com este grupo em específico, o que não representa sua inexistência no cenário regional, a qual será colocada em evidência no século XX com as ações do SPI.

Considerações finais

Para efeito de fechamento deste trabalho, gostaria de acentuar algumas questões sobre as trajetórias de povos Tupi-Guarani na Amazônia Oriental, e o dimensionamento dos Tenetehar nesse debate. Como os demais povos indígenas da região, as histórias mais antigas sobre os Tenetehar (Tembê e Guajajara) também se encontram atravessada por lacunas e lapsos situacionais decorrente dos registros coloniais e suas muitas imprecisões. Os etnônimos são outro dos condicionantes que impulsionam as leituras sobre o passado indígena e podem induzir a interpretações fechadas, como para o caso dos Tupinambá rapidamente mencionado aqui. As poucas e dispersas informações históricas acerca dos Tenetehar, entre o Pará e o Maranhão, quando lidas por si só, permitem aos pesquisadores fazer algumas inferências e especulações gerais sobre este grupo em períodos mais recuados no tempo.

Assim, incorporo aqui um pouco da visão crítica de Luiz Eloy Amado, indígena do povo Terena, que aponta para a importância em se revisitar a historiografia e perceber os sentidos acerca das trajetórias indígenas construídos nessas produções feitas, grosso modo,

⁵⁶ PARÁ (Província). *Relatório... por Francisco Carlos de Araújo Brusque, Presidente da Província*, de 1º de novembro de 1863, p. 72-73.

⁵⁷ COLEÇÃO PALMA MUNIZ. *Informações sobre Ourém, por Marcolino Serrano Antonio Damasceno*, 20 de maio de 1887. Arquivo Palma Muniz – IHGP, Série: Diversos, volume encadernado, fols. 117 a 120.

por pesquisadores não indígenas⁵⁸. Os usos políticos da História instrumentalizada desde o Ocidente (ou seja, pelos não indígenas) são caros aos próprios indígenas, como aponta o autor, sendo importante nesse mote uma filtragem e apropriação devida da historiografia, de modo a indigenizar essa modalidade de saber. Com efeito, essas tensões produzem um processo ímpar de constante desnaturalização de algumas “máximas” explicativas que, com o passar do tempo, se tornaram lugares-comuns para as interpretações feitas sobre o passado dos povos originários. Como sustenta Eloy Amado, é preciso olhar o passado indígena e tentar explicá-lo em seus “próprios” termos, mesmo que tenha uma outra inteligibilidade destoante do tipo de explicação característico do modelo racionalista (cartesiano) ocidental.

Desta maneira, cabe destacar também a visão crítica de Linda Tuhiwai Smith acerca dos entendimentos nativos sobre o passado e de sua centralidade nas propostas de descolonização em curso, ao potencializar e reverberar os muitos saberes alternativos que essas histórias evocam, e nos ensinam:

Transformar as perspectivas colonizadas que temos de nossa própria história (conforme foi escrita pelo Ocidente), no entanto, requer que revisemos cada detalhe dela sob os olhos ocidentais. Esse processo, por sua vez, requer uma teoria ou um enfoque que nos ajude a compreender e atuar sobre a história. [...]. Contar nossas histórias a partir do passado, reivindicar o passado, dar testemunhos das injustiças pretéritas, são todas estratégias comumente empregadas pelos povos indígenas que lutam por justiça⁵⁹.

Para o caso dos Tenetehar, e em especial dos Tembé – foco da análise deste artigo –, a maioria dos autores (antropólogos) que escreveram sobre este grupo, de forma geral, reiteraram essas cronologias sequenciais e bem marcadas dos “tempos” (ou ciclos) históricos: o início comum no Maranhão colonial, a migração única em meados do século XIX, a separação e diferenciação dos grupos regionais (Tembé e Guajajara), as contingências territoriais no século XX e etc. Muito disso é reiterado pelo uso corrente dos etnônimos relacionados aos Tenetehar, facilmente localizado nas fontes históricas, como no relato de Maurício de Heriarte⁶⁰ que informa ser o rio Pindaré muito povoado de indígenas Guajajara, bem como em outras fontes exploradas na pesquisa para a construção deste texto.

⁵⁸ AMADO, Luiz Henrique Eloy. *Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos – movimento indígena e confronto político*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

⁵⁹ SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p. 49.

⁶⁰ HERIARTE, Maurício de. *Descriçam do Maranham, Pará, etc. no anno de 1662*. Viena: próprio editor, [1662]1874, p. 12.

Não contesto esses históricos envolvendo a presença e ação Tenetehar no Maranhão. Todavia, aponto para uma problemática de reduzir a experiência deste povo apenas à região do Pindaré e, desde o século XIX, no Gurupi e no Capim – de modo a espriar-se pelo nordeste paraense a partir de então e formando um tipo de sistema regional indígena, com um território muito mais ampliado. Para elucidar melhor sobre tais perspectivas, retomo algumas impressões destacadas por Vanderlúcia Ponte que fez, em sua tese de doutoramento, algumas inferências sobre esse panorama de deslocamentos Tenetehar e suas historicidades entre Pará e Maranhão⁶¹.

A autora pontua acerca da imprecisão dos registros históricos disponíveis e que podem evidenciar uma “origem”, as rotas de dispersão e os padrões de assentamento deste povo Tupi-Guarani na região. Isto se soma, inclusive, às muitas controvérsias sobre os processos de trânsito e as ocupações de grupos Tupi-Guarani pela Amazônia, como já apresentei no início do texto. Apoiada em colocações de Julio Cezar Melatti, Vanderlúcia Ponte pondera sobre as hipóteses de ocupação dos Tenetehar na Amazônia Oriental no sentido leste-oeste, do Pará para o Maranhão. Além disso, frisa-se sobre a constituição de um complexo sistema autônomo entre as aldeias, que apesar de dispersas pela região, apresentam algum grau de ligação.

Ou seja, percebe-se aí um grande processo histórico de construção da experiência territorial Tenetehar e de diferenciações internas do próprio grupo, espriadas em unidades sócio-espaciais entre Pará e Maranhão. Uma história que não aparece, necessariamente, nas fontes, mas que está lá, pulsante. Assim, é necessário continuar na busca de formas de restituir essas camadas do passado indígena, seja pelas contribuições da Arqueologia e da Antropologia, seja através dos próprios métodos de investigação e análise históricas que focalizem esses pequenos vestígios e nos permitam ampliar suas historicidades e conjunturas socioculturais. Em vista disso, gostaria de destacar como a experiência Tenetehar-Tembé aponta para novos caminhos historiográficos que melhor percebem agências e trajetórias longevas na Amazônia.

⁶¹ PONTE, Vanderlúcia da Silva. *Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro!*: “saúde diferenciada”, território e indianidade na ação pública local. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

Referências Bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Arlete Silva de; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Centro de Endemismo Belém: status da vegetação remanescente e desafios para a conservação da biodiversidade e restauração ecológica. *Revista de Estudos Universitários*, v. 36, n. 3, p. 95-111, 2010.
- ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy. *Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos – movimento indígena e confronto político*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- BARCELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3.ed., 2.reimp. São Paulo: Contexto, 2015, p. 23-79.
- BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, [1698]2010.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. Trad. Ana Maria de Almeida Camargo. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.
- COMARROF, Jean; COMARROF, John. Etnografia e imaginação história. Trad. Iracema Dulley e Olívia Janequine. *Revista Proa*, v. 1, n. 2, p. 1-72, 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 9-24.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 133-154.
- D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Trad. Sérgio Milliet. Brasília: Senado Federal, [1614]2008.
- FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2014.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004, p. 37-41.

GOMES, Mércio. *O índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HENRIQUE, Márcio Couto. Sobre a (in)visibilidade dos índios da Amazônia (século XIX). In: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda Maria de Oliveira (Orgs.). *Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura*. Belém: Açaí, 2013, p. 109-140.

HERIARTE, Maurício de. *Descriçam do Maranham, Pará, etc. no anno de 1662*. Viena: próprio editor, [1662]1874.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 193-206.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n. 322, p. 1-31, 2002.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Revoluindo a história do homem na Amazônia. In: *A humanidade e a Amazônia: 11 mil anos de evolução histórica em Carajás*. Belém: MPEG, 2018.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 2, p. 381-400, mai.-ago. 2013.

MALDI, Denise. A questão da territorialidade na etnologia brasileira. *Sociedade e Cultura*, v. 1, n. 1, p. 1-17, 1998.

MELATTI, Julio Cezar. D2 – Amazônia Oriental. In: *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Apostila destinada a curso de extensão; Texto em permanente processo de acréscimo e reformulação. Brasília: UnB, 2021.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Etnologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MORAIS, Laura Trindade de; SULIMAN, Sara da Silva. Os impactos do Regulamento de 1845 no mundo indígena. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (Orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 162-177.

NAVARRO, Alexandre Guida. As cidades lacustres do Maranhão: as estearias sob um olhar histórico e arqueológico. *Diálogos*, v. 21, n. 3, p. 126-142, 2017.

NOELLI, Francisco Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 2, p. 7-39, 1996.

- PONTE, Vanderlúcia da Silva. *Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro!:* “saúde diferenciada”, território e indianidade na ação pública local. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.
- RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva; MEIRA, Márcio. “Tudo era área indígena”: território, exercícios tutelares e processos de r-existência entre os tenetehar-tembés no século XX. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 34, n. 2, p. 1-25, 2021.
- RIBEIRO, Benedito Emílio; PONTE, Vanderlúcia da Silva. Por uma história dos índios no Grão-Pará: estratégias, dinâmicas e protagonismos indígenas no contexto do Diretório Pombalino (1757-1798). *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 25, n. 1, p. 111-134, 2017.
- SALES, Noêmia Pires. *Pressão e resistência: os índios Tembê-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território*. Belém: UNAMA, 1999.
- SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 2008.
- SILVA, Márcia Vieira da. *Reterritorialização e identidade do povo Omágua/Kambeba na aldeia Tururucari-Uka*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.
- SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2012.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora; n-1 edições, 2018.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 299-346.
- WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.
- ZANNONI, Claudio. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999.

Data de submissão: 01/09/2022

Data de aprovação: 12/12/2022